

## **Pode o Bloco fazer a diferença nas autarquias? Sim, pode!**

Não raras vezes somos confrontados/as com afirmações do tipo: “o Bloco não tem experiência autárquica” ou mesmo “no que toca a autarquias o Bloco não conta para o campeonato”. Sendo verdade que não temos o peso autárquico de outros partidos e que não temos lugares executivos nas autarquias ou são muito raros, dizer que o Bloco “não tem experiência autárquica” é redutor. O Bloco tem experiência autárquica na medida dos seus eleitos e eleitas ao longo de toda a sua existência. Dizem-nos também que temos um atraso de 30 anos e que é difícil de recuperar. Sendo verdade, não deixa também de encerrar um potencial desafio, sobretudo na atual situação – 40 anos de Poder Local em democracia – em que, ou existe uma mudança a sério, nas políticas públicas locais, mas também na forma como se exerce o poder ou teremos, no futuro, um sério problema no nível de gestão pública mais próximo das populações. Ter muita experiência autárquica, gerir os municípios há décadas, não tem correspondência direta para a disponibilidade e capacidade de dar um novo impulso à democracia local.

Os/as eleitas nas autarquias são aqueles/as que mais próximo estão das populações. Mas são também aqueles/as que menos justificam a suas opções e menos partilham as decisões. Desde o excesso de competências atribuídas ao Presidente da Câmara pela lei, a que se somam as que a Câmara nele delega, por forças das maiorias, até ao fraco escrutínio e poder de decisão das assembleias municipais, passando pelas formas informais de tomada de decisão que são a prática corrente em muitas autarquias – tudo isto conduz a uma opacidade sobre a atividade e as decisões de uma Câmara, que fica assim “livre” para decisões, que em muitos casos, não são nem as melhores nem as adequadas e lesam o interesse público. Neste contexto a aversão à mudança é enorme. A prestação de contas é um “faz de conta” e limita-se, em ano de eleições, na “divulgação” das obras que se vão fazer... não das que foram feitas, mas sim as que se vão fazer... Este contexto é extremamente limitativo da capacidade de fiscalização das oposições, da capacidade de proposta e de inversão do rumo das opções.

E é nesta opacidade, nas decisões tomadas por “combinação” ou “acordos de cavalheiros” em que muitas vezes participam os interessados diretos, e a deliberação da Câmara é apenas uma mera formalidade, que germina a corrupção.

A Associação Transparência e Integridade criou o Índice de Transparência das Autarquias, classificando-as num ranking. Considera os seguintes fatores na avaliação: 1) Informação sobre a organização, composição e funcionamento do Município; 2) Planos e relatórios; 3) Impostos, taxas, tarifas, preços e regulamentos; 4) Relação com a sociedade; 5) Contratação pública; 6) Transparência económica-financeira; 7) Transparência na área do urbanismo. Mas depois informa que este ranking não mede: acessibilidade da informação; pressupostos da disponibilização da informação; inteligibilidade da informação; qualidade da informação; a corrupção. Deixa bem claro que “as práticas de transparência do município não se resumem à disponibilização da informação em formato digital. Este é um entre vários patamares de transparência. Trata-se do nível mais básico de prestação de contas: disponibilizar informação aos cidadãos”.

Fui buscar este exemplo porque, na minha opinião, é ilustrativo de como se encara a transparência nas autarquias locais. O simples facto de ter os regulamentos ou o nome dos vereadores/as na sua página digital é valorizado, o que também revela o estado em que as

coisas estão. A transparência nas decisões, nos procedimentos, no acompanhamento dos projetos, na avaliação do resultado final (o que foi previsto e o que realmente foi feito, com especial destaque para a derrapagem dos custos) está ainda muito longe de ser uma prática nas autarquias e como bem sabemos, é fundamental no combate à corrupção.

O BE tem todas as condições para fazer aqui uma diferença fundamental! Sem outros compromissos que não sejam os que assumiu com os eleitores e eleitoras, sem medo da participação popular, sem receio de tornar público o que deve ser do domínio público, sem amarras às práticas do passado que se tornaram um hábito, ousando mudar regras obsoletas e inovando nas políticas – urbanismo, sociais, de transportes, taxas e impostos municipais, culturais, introduzindo novas prioridades como as questões ambientais, a igualdade de género, a inclusão das pessoas com deficiência, a organização das cidades, mas também a valorização das aldeias, a gestão dos equipamentos público, preocupando-se com a paisagem, com as crianças, com os idosos, e introduzindo aquilo a que podemos chamar de uma nova governação.

Com programas eleitorais que correspondam aos problemas de cada concelho e freguesia, integrados numa ideia para o seu desenvolvimento, podemos fazer a diferença.

A política autárquica decide sobre a vida das pessoas, deve ser o garante dos serviços públicos essenciais e não pode passar sem o contributo do Bloco de Esquerda.

Helena Pinto

Vereadora na Câmara Municipal de Torres Novas